
Entrevista realizada por Gunter Axt, em 5 de julho de 2015,
em Fortaleza, na residência do depoente.

JOÃO ALFREDO DA SILVA



João Alfredo da Silva nasceu em 21 de agosto de 1934, em Baturité, no Ceará. É filho de Pedro Alfredo da Silva e Francisca Chagas da Silva. Casou-se com Maria Monteiro da Silva. Graduou-se em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Ceará (UFC), em fevereiro de 1971. Atuou na advocacia trabalhista e serviu no Exército. Em 27 de novembro de 1972, foi designado primeiro substituto de procurador militar de terceira categoria, para atuar junto à Procuradoria da Auditoria da 10ª Circunscrição Judiciária Militar, em Fortaleza. Aposentou-se em 25 de abril de 1991.

Memória MPM – *O senhor é natural de Baturité, no Ceará?*

João Alfredo da Silva – Sim, que fica a uns 90 km de Fortaleza. É uma cidade serrana. Nasci na base da elevação, do Maciço.

Memória MPM – *E os estudos foram feitos em Fortaleza?*

João Alfredo da Silva – Lá tive apenas o contato com os estudos por meio da estrutura familiar. Tinha uma irmã bem aplicada que me ensinou alguma coisa. Lembro-me de um detalhe interessante: embora eu tivesse avançado mais do que os colegas, seguia falando com forte acento local e errando, de propósito, algumas palavras, porque sentia vergonha de não falar como eles, aliás, como eu próprio [risos]. Era um menino... seis anos, por aí, mas tinha essa preocupação!

Memória MPM – *As aulas eram em casas de família?*

João Alfredo da Silva – Sim, eram completamente informais, na base da curiosidade.

Memória MPM – *E aí completou os estudos e veio para Fortaleza?*

João Alfredo da Silva – Vim para Fortaleza e estudei no Grupo Escolar Presidente Roosevelt, numa das principais avenidas de Fortaleza, a Bezerra de Menezes; depois, fiz admissão e fui para o Ginásio 7 de Setembro, hoje Colégio 7 de Setembro. Terminei o Ginásio e fiz dois anos no Liceu do Ceará. Do Liceu fui para o Colégio Porto Carreiro, em Recife, onde fiz o terceiro ano do colegial, concluindo em 1954. Simultaneamente, servi no Exército. Então, fiz vestibular.

Memória MPM – *O senhor fez o Clássico?*

João Alfredo da Silva – O Científico; depois fiz o vestibular para a Faculdade. Matriculei-me em 1966, me formei em 26 de fevereiro de 1971 e fiz três anos de Advocacia Trabalhista. Em 27 de novembro de 1972, saiu a publicação, no Diário Oficial da União, de minha nomeação a primeiro substituto de procurador de terceira categoria junto à Procuradoria da Auditoria da 10ª Circunscrição da Justiça Militar. Foi uma indicação do colega Carlos Alberto Borges, há pouco tempo falecido. Fiquei no Ministério Público. Aposentei-me em 25 de abril de 1991. Meu tempo de serviço total é de 38 anos.

Memória MPM – *E como se deu a opção pelo Direito?*

João Alfredo da Silva – Ah, eu gostava de Direito desde o colégio.

Memória MPM – *Tinha alguém na família com tradição no Direito?*

João Alfredo da Silva – Ninguém! Tinha um irmão que era professor. Mas, enfim, acho que eu era vocacionado. No exercício funcional, o tempo mais acre, mais dificultoso foi na vigência da Lei de Segurança Nacional, porque os tipos penais eram muito imperfeitos... Tínhamos uma carga muito grande de serviço e precisávamos enfrentar vários advogados. Havia processos vultosos. O mais volumoso teve 37 acusados. Aqui pontificaram advogados célebres, como Heleno Cláudio Fragoso, [Antônio] Jurandy Porto [Rosa], um rapaz muito competente, [Antonio de] Pádua Barroso, Antônio Carlos [de Araújo] e muitos outros...

Memória MPM – *A Dra. Mércia [Albuquerque Ferreira] também atuou aqui? Ela era de Recife e teve algum caso em Brasília também...*

João Alfredo da Silva – Não, a Dra. Mércia, estive no Recife... Eu atuei, por exemplo, em Belém. Penso que o ambiente em Fortaleza, na

Auditoria, apesar do contexto da época, era de certa forma tranquilo, porque tínhamos uma visão superior do exercício funcional do Direito: fazíamos o nosso trabalho e se a defesa vencesse, estava bom, isto é, não nos sentíamos obrigados a fazer a denúncia vingar sempre. Por sua vez, a defesa também aceitava nosso desempenho. Em Belém, o pessoal pautava-se por outro comportamento. Aqui, era a técnica exigida pelo Código de Processo Penal, nada além disso. A gente trabalhava nesse sentido, não tinha nada de pessoal. Uma vez passei dois meses em Belém, na época do procurador-geral Dr. Milton Menezes da Costa Filho, e senti esse clima diferente, que nós, felizmente, não tínhamos.

Depois, passando a serem julgados somente os crimes propriamente militares, a coisa ficou fácil. O Ministério Público melhorou muito porque a estrutura e o apoio logístico avançaram. As pessoas hoje vivem muito bem. Há uma sede própria, um quadro de servidores excelente... que nós não tínhamos.

Éramos hóspedes da Auditoria Militar. A hospedagem hoje não existe mais, mas se preserva um bom relacionamento... Não fui mais lá porque estou com 81 anos e já não conheço os juízes e o pessoal de apoio.

Memória MPM – *Bom, voltando ao tempo da Faculdade, quais são as lembranças dessa época, dos professores, da formatura?*

João Alfredo da Silva – Ah, eu guardo algumas coisas ainda na memória, inclusive algumas hilárias, porque havia professores de todos os matizes. Havia um, muito bom, de Direito Comercial, que não perdia oportunidade para fazer uma piada. Um colega, certa feita, chegou para ele reclamando de uma nota. Ele tinha a mania de olhar o aluno por cima dos óculos. O colega disse: “Professor, estudei tanto e olhe a nota que o senhor me deu!”, e ele disse: “Estude menos e raciocine mais!” [risos]. Chico Olavo!

Há um livro, intitulado *Um caso de álibi*, publicado pelo professor Clodoaldo Pinto, no qual se resume um julgamento de um crime em Maranguape. Era uma súmula muito bem-feita, um resumo da tese que ele defendeu na época. Recebi esse livro de presente, de um procurador, hoje subprocurador aposentado da Justiça Federal, Raimundo Francisco Ribeiro de Bonis (foi meu colega de colégio). Depois encontrei esse livro num sebo, dedicado pelo próprio autor ao Chico Olavo [risos]. Isto é, ele descartou o livro e eu o comprei e o guardo com todo carinho ainda! Fiquei com os dois exemplares [risos].

Memória MPM – *Como era a ambiência? Porque esse foi um período de efervescência política e estudantil: pegou “Maio de 68” e algumas Universidades do Brasil, como a UnB e UFRJ, no Rio de Janeiro, foram ocupadas, pela Polícia ou pelo movimento estudantil...*

João Alfredo da Silva – Aqui nós tivemos alguma efervescência; um dos cidadãos que tinha militância expressiva era o Zé [José] Genoino [Guimarães Neto], que foi deputado federal. Ele era da área de Letras, mas vivia na Faculdade de Direito, exatamente porque o ambiente era potencializado. Não guardo dele nenhuma inimizade. Ele certamente nem se lembra de mim! Passei essa época sem me envolver ideologicamente. Não tomei partido por ninguém. Ele tinha uma atuação fabulosa lá dentro, mas não me deixei envolver.

Memória MPM – *Aconteceu de os alunos ocuparem a Faculdade?*

João Alfredo da Silva – Não. Houve um fato, interessante, em 1967, que não mereceu apoio da estudantada, apesar de, na época, sermos todos nós calouros. O general Dilermando Gomes Monteiro foi proferir uma aula inaugural e houve quem fosse deselegante com ele, dizendo da desnecessidade

daquela palestra. Foi constrangedor, porque o general era muito educado. Um colega, o Wellington, que faleceu também há um ano e pouco, tomou a palavra e pediu desculpas ao general [e pediu] para ele não julgar o perfil dos demais pelo comportamento de alguns. O general agradeceu a delicadeza dele.

Interessante, agora que falei do general, lembrei que nunca houve, durante minha atuação no Ministério Público, qualquer interferência do Comando da Região. Nenhum comandante da Região pediu-me qualquer concessão!

Apenas houve, durante esse tempo todo, uma interferência boba de um general da reserva, Vica de Paula Pessoa, que me pediu a condenação de um acusado. Aí eu disse: “General, esse pedido o senhor não me faça; do meu exercício funcional dou conta”. Ele não mais insistiu.

Houve também um coronel, ajudante-geral, encarregado de um inquérito que indiciou o jornalista Teobaldo Landim. Eu me manifestei pela inadequação do foro: não era lá que deveria responder por aqueles fatos. Aí [o coronel] disse: “Puxa, eu faço tudo para botar eles na cadeia e você dá pela incompetência do foro!”. Mas o caso era de desclassificação e eu não iria forçar ninguém a responder processo na Justiça Militar para atender às expectativas de alguém. Ele se conformou...

Essas, felizmente, foram coisas passageiras; além disso, não me recordo de qualquer outra pressão... nunca!

Memória MPM – *Como o senhor foi indicado para a vaga de substituto?*

João Alfredo da Silva – Eu fui auxiliar do Carlos Alberto [Borges]. Ele foi designado para a função e me consultou se aceitaria a indicação. Então

eu disse: “Carlos Alberto, se você acha que tenho qualificação para isso, tenho habilidade e mereço sua confiança, aceito.”

Memória MPM – *Na época, ele era advogado?*

João Alfredo da Silva – Não, era substituto de procurador; foi efetivado e me indicou. Meu nome percorreu toda a área de informações, os “SNIs da vida”, e outros locais mais. Felizmente não tinha nada, porque, na verdade, eu não tinha envolvimento política, ideológica. Então, passou, não tive problema.

Memória MPM – *Precisou realizar alguma entrevista?*

João Alfredo da Silva – Nenhuma, por incrível que pareça! Ninguém me chamou para nada [risos]. Porque eu fui muito exigente comigo mesmo, nunca tive vocação para a transigência... Sempre procurei dar conta do meu recado sem me envolver com ninguém. Um colega, Fernando César Porto Mendonça, tinha muita intimidade e dizia: “Por que mandaram esse “nego” para cá? Foi para espionar a gente!” [risos]. Mas, na verdade, eu não fui para espionar ninguém; fui lá e dei conta do meu papel, sem precisar da proteção de ninguém, graças a Deus!

Memória MPM – *O senhor comentou que os militares nunca pediram nada, e a Procuradoria-Geral da Justiça?...*

João Alfredo da Silva – Também não.

Memória MPM – *Do Rio de Janeiro e depois de Brasília, alguma vez teve alguma orientação, solicitação?*

João Alfredo da Silva – Não, não... Eu peguei vários procuradores-gerais: o Ruy [de Lima Pessôa], foi meu amigo, ministro, veio aqui, muito

distinto! Eu me dava bem com o governador César Cals [de Oliveira Filho] e certa vez lhe telefonei pedindo apoio para fazermos uma pequena recepção para o Dr. Ruy, que viria nos visitar. A Procuradoria não gastou um centavo e o recebemos com um bom jantar!

Memória MPM – *O César Cals foi ministro de Minas e Energia...*

João Alfredo da Silva – Foi. Atuou muito na área do polígono das secas, junto à hidrelétrica de Boa Esperança e teve uma atuação positiva em favor do Nordeste. Depois do Ruy...

Memória MPM – *Veio o Milton [Menezes da Costa Filho], não é?*

João Alfredo da Silva – É, foi o Milton e depois dele passou um bocado de gente...

Memória MPM – *Depois do Milton veio um que ficou meses, George Tavares, seguido pelo senador Leite Chaves.*

João Alfredo da Silva – Leite Chaves! Com ele também tinha um excelente relacionamento, com uma deferência muito grande pela gente; ele aceitou um almoço na minha residência. Era muito distinto e eu gostava muito dele.

Memória MPM – *O Leite Chaves organizou, em 1986, o Primeiro Encontro Nacional dos Procuradores de Justiça...*

João Alfredo da Silva – É, ele tinha até algumas áreas de atrito, por exemplo, com o procurador da Bahia, o Dr. Kleber [de Carvalho Coêlho]; o Kleber não focava bem o Leite Chaves, mas tudo passou...

Memória MPM – *O Kleber foi assessor do ministro Ruy [de Lima Pessoa], não é?*

João Alfredo da Silva – Foi, exatamente!

Memória MPM – *Foi ascendendo na carreira e chegou a procurador-geral...*

João Alfredo da Silva – É, fez concurso... Eu não cheguei a fazer concurso porque fui indicado e, depois, pela Constituição de 88, fui efetivado por força das Disposições Transitórias, um dispositivo que está lá, ainda.

Memória MPM – *O senhor se lembra de algum caso que tenha lhe chamado mais a atenção pelos aspectos jurídicos, pelos personagens envolvidos, pelo desempenho dos advogados ou pelo impacto que teve na opinião pública?*

João Alfredo da Silva – Não, aqui não. Em Manaus, houve o julgamento do Lula, muito concorrido; veio gente de todo o Brasil.

Miriam Monteiro da Silva (esposa) – Ele passou um mês lá.

Memória MPM – *Um mês! Mas como foi, o senhor fez a preparação?...*

João Alfredo da Silva – Eu peguei um “abacaxi”... O processo empilhado dava mais de um metro de papel. Tinha muita precatória indo e voltando; o calhamaço era grande. Fui lá sem saber de nada e, quando cheguei, o diretor de Secretaria me disse: “Você sabe o que está lhe esperando aqui?”; eu disse, “Não!”. “É o julgamento do Lula!”. Aí disse: “Pô, isso é uma sacanagem!”.

Memória MPM – *Mas o Lula já era um personagem conhecido?*

João Alfredo da Silva – É, já era um agitador! Foi algo que ele disse em Brasília...

Memória MPM – *Ele fez um discurso num comício no Acre...*

João Alfredo da Silva – Exatamente, e isso teve repercussões e ele respondeu a processo lá. Veio muita gente de fora. Nosso juiz-auditor caiu na besteira de deixar o fax ligado e, simplesmente, passou rodando as 24 horas antecedentes ao julgamento: amanhecemos com um monte de papel; tinha muita matéria para ler. Mas o colega que deveria ter me substituído entrou em férias e sobrou para eu resolver. Ele não devia ter feito aquilo. Passei uma semana estudando aquele processo para entender a mística da acusação, porque o nosso colega fez uma alegação mínima, quer dizer, deixou o “abacaxi” todo para a sustentação oral... quase me matou! O Heleno Cláudio Fragoso o defendeu.

Memória MPM – *Mas o senhor chegou a fazer o julgamento?*

João Alfredo da Silva – Fiz, julgamento e atuação em Plenário.

Memória MPM – *Mas houve dois julgamentos?*

João Alfredo da Silva – Não sei dizer, eu atuei em apenas um.

Memória MPM – *Houve vários que atuaram no processo, mas sempre em substituição e sei que o ministro Olympio [Pereira da Silva Junior] chegou, numa sessão do julgamento, a pedir a prisão preventiva do Lula...*

João Alfredo da Silva – Foi.

Memória MPM – *Então, teve vários momentos esse processo de Manaus?*

João Alfredo da Silva – Foi.

Memória MPM – *E aqui, em Fortaleza, como era a rotina na Procuradoria?*

João Alfredo da Silva – Na época dos crimes contra a Segurança Nacional havia audiências todos os dias; cansativa batalha! E eu guardo a vaidade de nunca ter faltado e nunca perder um prazo. Houve sobrecarga durante certo período em que um colega se ausentou, com licença. Fiquei só no batente. Era cansativo, mas dei conta do recado, porque eu – esse autoelogio não posso deixar de fazer –, sempre fui muito rígido em matéria de trabalho. Se tinha trabalho para fazer, fazia, e fui recompensado. Cheguei até a passar mal, certa feita, e um colega me socorreu na audiência: anunciou para o juiz-auditor que eu não estava passando bem; o juiz suspendeu um pouco, melhorei e voltei para a audiência... E assim segue a vida!

Memória MPM – *E o perfil das pessoas julgadas, os réus? Nessa época, da Lei de Segurança, eram mais jovens, estudantes, professores, jornalistas... Quem eram essas pessoas?*

João Alfredo da Silva – Além do Teobaldo Landim, que foi apenas indiciado, teve o jornalista Lindolfo Cordeiro. Houve outros. Se deixaram levar pela propaganda e se envolveram “bestamente”. Teve até um rapaz que contrastava com a idade de todos eles, não me lembro também do nome, mas ele respondeu a processo desnecessariamente porque era um homem que não tinha “letras”, acho que era um menino de recado. E o Pádua Barroso, um excelente advogado, também muito tranquilo, fazendo a defesa dele, na hora da atuação, concitou o Conselho a ver com tranquilidade, imparcialidade, a situação daquele rapaz – todos muitos jovens, etc. e tal. Aí, põe os óculos e diz: “Esse rapaz não está tão jovem assim! [risos]. Foi uma risada geral! [risos]. Mas era esse tipo de piada respeitosa, faziam o chiste, mas depois não ficava inimizade nenhuma. Terminava o julgamento, acabou! Um advogado que atuou aqui, também, muito distinto, foi o Raimundo Evaldo Ponte, advogado

antigo, mas que sabia conduzir-se com elegância; nunca destratou ninguém, era um cidadão espetacular!

Memória MPM – *A Auditoria, aqui, foi instalada em 1964?*

João Alfredo da Silva – Foi, funcionava no Fórum, numa salinha simples, muito sem expressão.

Miriam Monteiro da Silva (esposa) – Outro foi o Blanchard Girão!

João Alfredo da Silva – [José] Blanchard Girão [Ribeiro]! Advogado e jornalista; tem livro publicado. Uma pérola de criatura! Muito cortês, incapaz de, fora do ambiente do processo, produzir qualquer ofensa ou de utilizar a imprensa para qualquer fim. Ele nunca fez isso!

Memória MPM – *No início da Auditoria, aqui em Fortaleza, acho que apareceram alguns casos mais pesados, de jovens que fuzilaram um militar que estava namorando na praia... teve casos de assalto a bancos. Em seu período, o senhor chegou a pegar algo assim?*

João Alfredo da Silva – Não, muitos deles foram julgados no Recife, pois a competência era de lá. Eu assumia quando o processo era todo realizado aqui mesmo.

Memória MPM – *Howve algum caso de pedido de prisão perpétua ou pena de morte aqui?*

João Alfredo da Silva – Prisão perpétua acho que houve um, mas feito na época do Julio Carlos Crispino Leite. Creio que o único caso foi dele... Mas ele tinha motivos para o fazer, porque a lei não abria outra alternativa: era pena de morte ou perpétua, e ele pediu a segunda.

Memória MPM – *E no seu caso, houve situações em que o senhor chegou a pedir absolvição?*

João Alfredo da Silva – Houve, houve... A Lei de Segurança Nacional, tanto a nº 1.802 [de 05.01.1953], como a que a sucedeu, tinha uns tipos penais terrivelmente difíceis de serem ajustados aos fatos ou os fatos ajustados a eles. Eram terríveis! Tínhamos que fazer “uma ginástica” tremenda e isso facilitou demais a vida da defesa. Não tem quem trabalhe bem com tipos malfeitos. Aquela diretriz no início do Código Penal: “Não há crime sem lei anterior que o defina, nem...”, bom, não estou lembrando a descrição legal... [pena sem prévia cominação legal.]. Mas tem que haver a descrição do tipo e aquela Lei de Segurança Nacional era de uma imprecisão terrível! Uma colcha de retalhos, às vezes, inconciliável. Então, se disser que trabalhar com a 1.802 era fácil, não é verdade, e isso facilitou para a defesa. Havia dificuldade de homologar as provas!!! Nós tivemos um juiz-auditor muito bom, o Ângelo Rattacaso, um cidadão que não se rendia a ajustes fora da lei; lei é lei: com ele era assim. E isto dava um trabalho grande, mas em muitos casos obtivemos condenação.

Memória MPM – *O senhor tem alguma ideia da porcentagem de condenação dos réus: 50%, 60%...*

João Alfredo da Silva – Não tenho mais... Mas, em razão da quantidade de réus, quase sempre era meio a meio. Nos processos de menor quantidade de réus, na maioria, eram absolvidos. Havia uns advogados cricris, caras persistentes, insistentes, que andavam atrás de tudo e não dispensavam nada e isso também deixava o Conselho, às vezes, num beco sem saída... Sem dúvidas! Isso que aqui nós tivemos bons juízes de fato e de Direito, também.

Memória MPM – *Costumava haver divergências entre o juiz-auditor e o Conselho?*

João Alfredo da Silva – Ah, havia! Acontecia três a dois com frequência! Sempre dividia... Não existia quase nunca unanimidade na decisão. Tinha uns mais “mãos-pesadas” e outros mais benevolentes e a coisa saía da unanimidade.

Memória MPM – *O senhor acha que isto era uma característica de Fortaleza ou era geral?*

João Alfredo da Silva – Não sei... O interesse do juiz era pelo entendimento. O Rattacaso, por exemplo, era muito detalhista: fazia questão de explicar a fundamentação jurídica daquilo da melhor maneira possível, para que os membros do Conselho não ficassem em dificuldades. E ele conseguia isso, porque era realmente um rapaz preparado. Não era condução, era fundamentação jurídica que fazia da melhor maneira possível.

Memória MPM – *Ângelo Rattacaso era juiz-substituto?*

João Alfredo da Silva – Ele foi substituto e depois titular. Sempre se conduziu da melhor maneira, como substituto e como titular: era muito abrangente na fundamentação jurídica. Primo do nosso colega Giovanni Rattacaso...

Memória MPM – *Que hoje é o presidente da Associação...*

João Alfredo da Silva – Exatamente!

Memória MPM – *E dos resultados, das decisões da Auditoria e do Conselho... era comum a defesa recorrer?*

João Alfredo da Silva – Ahhh, demais!!! Não passava um processo que não recorressem! Muitas das decisões eram mantidas, mas algumas também eram reformadas, porque não alcançavam unanimidade no Tribunal.

Memória MPM – *E o senhor costumava recorrer, também?*

João Alfredo da Silva – Também, tendo brecha, não deixava de recorrer, porque podia parecer pusilanimidade, da minha parte, defender aqui uma tese acusatória e depois me acomodar. Dava trabalho, mas nunca deixei de fazer.

Memória MPM – *E essas decisões costumavam repercutir na imprensa local? Porque em algumas cidades, alguns Estados, chegava a existir uma coluna, quase diária nos jornais, que reproduzia os feitos julgados. Isso acontecia aqui, também?*

João Alfredo da Silva – Não, não tínhamos essa regularidade. Dependendo das pessoas envolvidas, o fato merecia destaque na imprensa, mas não tinha esse problema de citar o nome do promotor, do procurador. Era uma notícia informal; não era direcionada nem para a defesa nem para o Ministério Público

Memória MPM – *Mas o senhor era conhecido, na cidade, como promotor militar...*

João Alfredo da Silva – Eu sempre vivi aqui e, felizmente, sempre fui muito bem acatado e recebi muito respeito por parte dos colegas que atuavam na defesa. Nunca tive problema de foro, de processo, bate-boca.

Memória MPM – *E com a imprensa?*

João Alfredo da Silva – Também não.

Memória MPM – *Alguma vez o senhor chegou a ser ameaçado?*

João Alfredo da Silva – Nunca! Nunca recebi ameaça de qualquer natureza.

Memória MPM – *Então sua atuação foi relativamente tranquila?*

João Alfredo da Silva – Eu considero minha atuação muito feliz. Certamente, atribuo isso ao zelo com que me conduzi. Nunca fiz favor, como no caso do coronel encarregado do inquérito, nem ao general da reserva... Não faço favor! Havia, também, uma moça, que respondia por um crime da Lei de Segurança Nacional e que a mãe era muito “penetra”... Ela chegava aqui e dizia: “Eu quero falar com o senhor.”, e eu dizia: “Aqui mesmo, senhora.”. Ela queria me levar para um lugar reservado e eu dizia que não, “A senhora fala aqui comigo, na frente de todo mundo!”, porque eu não queria que ela nem ninguém levantasse suspeita. A filha dela era uma militante empedernida, Rosa [Maria Ferreira] da Fonseca [Nascimento].

Memória MPM – *Essa moça ficou muito tempo presa?*

João Alfredo da Silva – Ela ficou enclausurada algumas vezes, não lembro quanto tempo, porque respondeu a vários processos, mas não lembro a quantidade nem tampouco a estatística das condenações.

Memória MPM – *Após o regime militar terminar, e até antes, já se discutia muito, no Brasil, o problema dos maus-tratos aos presos. Há o rumoroso caso do [Vladimir] Herzog, em 1975, um divisor de águas... Chegavam à Auditoria ou à Procuradoria denúncias de maus-tratos?*

João Alfredo da Silva – Do Herzog ficamos sabendo pela imprensa, como todo mundo. Esse caso, de fato, deixou os militares numa situação difícil, porque a posição em que estava o corpo do Herzog, para um suicídio, era muito precária. Convenhamos, não convencia ninguém... o cidadão se suicidar com as pernas encostadas!!!

Memória MPM – *Os joelhos fletidos... e com o cinto...*

João Alfredo da Silva – Não convencia ninguém!

Memória MPM – *As pessoas podiam ficar com os cintos nas celas?*

João Alfredo da Silva – Havia muita negligência naquela época. Então, podia acontecer, sim. As pessoas não tinham vivência com aquele tipo de procedimento. Agora, aquilo foi imperdoável, não deveria ter existido.

Memória MPM – *E na Auditoria de Fortaleza, os presos costumavam queixar-se de situações semelhantes ou não?*

João Alfredo da Silva – Sim. Nas audiências havia reclamações, muitas delas, infundadas, coisas que tiravam do bolso do colete para poder perturbar o andamento do processo. Tinha uma advogada, falecida, que merece meu respeito, mas que era muito envolvente, a Dra. Wanda [Rita] Othon Sidou. Atuante, trabalhadora, mas acho que conduzia muito o pessoal para a área da alegação de maus-tratos. Devo respeitar a ausência dela, porque não é apenas física, é eterna, completa. Eu parto daí, porque não tenho elementos para dizer que era, de fato, dessa maneira. Numa oportunidade, uma testemunha chegou a dizer: “A doutora Wanda me disse que falasse dessa maneira.”. Caiu muito mal, porque era induzimento da testemunha. Ela ficou braba na audiência. Sem maldade ou com uma certa indiferença para o fato, não peguei uma certidão

dessa declaração da testemunha. Foi até bom, deixei o tempo passar e se desfez a imagem.

Memória MPM – *Aconteceu de o senhor precisar denunciar algum ex-colega de Faculdade?*

João Alfredo da Silva – Aconteceu... Este cidadão não tem mágoa nenhuma de mim: Zé [José] de Arimatéia Ribeiro. Tinha o maior apreço por mim, porque conduzi a denúncia contra ele sem ser massacrante. Isso eu digo em consideração ao colega, que era da mesma turma: não carreguei; fui leve na acusação. E certamente por isso, soube que comentou que o colega tinha sido muito elegante, porque não tinha se aproveitado da situação para fazer média em cima dele.

Memória MPM – *E os políticos, que hoje pontificam na política regional ou nacional, algum deles passou pelo senhor?*

João Alfredo da Silva – O Genoino passou, mas eu não tive atuação direta contra ele, porque aqui, quando éramos dois, a carga era dividida. Então, acredito que o Genoino tenha ficado, nessa época, com o Crispino ou com outro.

Memória MPM – *Quem mais, os Gomes?*

João Alfredo da Silva – Não, nenhum dos dois respondeu processo.

Memória MPM – *E os crimes propriamente militares, quais eram: indisciplina, deserção, peculato? O que acontecia?*

João Alfredo da Silva – Peculatos houve alguns, envolveram até os superiores, mas não me lembro, agora, dos personagens.

Memória MPM – *Coronéis?*

João Alfredo da Silva – Exatamente. Mas não me lembro dos personagens para nominá-los. De Fortaleza, nenhum; lembro-me de outros Estados: Piauí e Maranhão.

Memória MPM – *Na época, a Auditoria jurisdicionava Ceará, Piauí e Maranhão?*

João Alfredo da Silva – Exatamente, a competência estendia-se a esses Estados.

Memória MPM – *E nesses outros Estados, houve algum caso que tenha lhe chamado a atenção?*

João Alfredo da Silva – Esse de Maranhão, foi o caso de peculato dos coronéis. Deu condenação.

Memória MPM – *E de Segurança Nacional, chegavam casos do Maranhão também?*

João Alfredo da Silva – Também, mas não recordo quais eram.

Memória MPM – *O senhor chegou a ser promovido para Brasília antes da aposentadoria?*

João Alfredo da Silva – Não, fiquei no cargo de procurador.

Memória MPM – *E quando vocês dois se conheceram?*

João Alfredo da Silva – Eu e Miriam nos conhecemos há 53 anos. Graças a Deus, foi uma sociedade que deu certo [risos]. Devo mais a ela do que

HISTÓRIAS DE VIDA

ela deve a mim [risos], em matéria de sacrifícios, de contribuição... não tenho dúvida. Temos quatro filhos e seis netos.

Memória MPM – *Tem mais alguma coisa que o senhor gostaria de deixar registrada?*

João Alfredo da Silva – Não, penso que está muito bem.

Memória MPM – *Muito obrigado!*